

Seção 3

Ata Circunstanciada da 8ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 8ª
(OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER
OS PREJUÍZOS DECORRENTES DO ATO GOLPISTA DO DIA 8 DE JANEIRO,
DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 16 de fevereiro de 2023, às 15h01min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Fábio Felix a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – O Expediente lido vai a publicação.

Solicito aos nobres Deputados e Deputadas que se encontram nesta Casa, em seus gabinetes, por gentileza, que venham ao plenário para darmos continuidade à sessão, com a Ordem do Dia.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Declaro encerrados os Comunicados de Líderes, conforme acordo.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Declaro encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Não havendo *quorum* para votação, declaro suspensa a presente sessão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h05min, a sessão é reaberta às 15h11min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está reaberta a sessão.

Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos vetos, itens nº 1 a nº 196, e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens da extrapauta.

Não havendo manifestação em contrário, procederemos à leitura do primeiro item da pauta para a votação.

Item nº 198:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 129/2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$10.000,00”.

A proposição não recebeu parecer da CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Apresentadas 24 emendas na CEOF. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Solicito ao Relator, Deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 129/2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$10.000,00”.

Nos termos da alínea *b* do inciso II do art. 64 do Regimento Interno desta Casa, compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira, emitir parecer sobre o mérito de matérias atinentes ao orçamento anual e seus créditos adicionais.

A presente proposição oriunda do Poder Executivo tem por finalidade aportar 10 mil reais, criando subtítulo orçamentário no âmbito do Fundo de Saúde do Distrito Federal, com o objetivo de promover a realização de cirurgias eletivas no âmbito do Fundo de Saúde do Distrito Federal. O presente crédito será financiado nos termos do inciso III do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Em decorrência de acordo firmado entre o conjunto dos Deputados desta Casa e o Poder Executivo, ficou convencionado que cada Parlamentar ofertaria emenda de 1 milhão de reais ao presente projeto de lei, tudo no intuito de zerar a fila de cirurgias eletivas e, desta forma, assegurar o cumprimento do dever constitucional inscrito no art. 196 de nossa Constituição Federal, em que consta que a saúde é direito de todos e dever do Estado.

Os Parlamentares reeleitos utilizaram recursos de suas emendas individuais inseridas na Lei Orçamentária Anual de 2023. Já os Parlamentares recém-eleitos utilizaram recursos consignados na Reserva de Contingência na mesma Lei Orçamentária.

Foram apresentadas 27 emendas, cada uma no valor de 1 milhão de reais, conforme passo a detalhar.

Deputado Fábio Felix, Emenda nº 1, acatada; Deputada Paula Belmonte, Emenda nº 2, acatada; Deputado Joaquim Roriz Neto, Emenda nº 3, acatada; Deputado Wellington Luiz, Emenda nº 4, retirada; Deputado Pastor Daniel de Castro, Emenda nº 5, acatada; Deputado Gabriel Magno, Emenda nº 6, acatada; Deputada Dayse Amarílio, Emenda nº 7, acatada; Deputado Iolando, Emenda nº 8, acatada; Deputado Wellington Luiz, Emenda nº 9, acatada; Deputado Eduardo Pedrosa, Emenda nº 10, acatada; Deputado Rogério Morro da Cruz, Emenda nº 11, acatada; Deputado Max Maciel, Emenda nº 12, acatada; Deputado João Cardoso, Emenda nº 13, acatada; Deputado Roosevelt Vilela, Emenda nº 14, acatada; Deputado Pepa, Emenda nº 15, acatada; Deputado Ricardo Vale, Emenda nº 16, acatada; Deputada Doutora Jane, Emenda nº 17, acatada; Deputado Hermeto, Emenda nº 18, acatada; Deputado Thiago Manzoni, Emenda nº 19, acatada; Deputado Jorge Vianna, Emenda nº 20, acatada; Deputado Chico Vigilante, Emenda nº 21, acatada; Deputada Jaqueline Silva, Emenda nº 22, acatada; Deputado Daniel Donizet, Emenda nº 23, acatada; Deputado Martins Machado, Emenda nº 24, retirada; Deputado Martins Machado, Emenda nº 25, acatada; Deputado Robério Negreiros, Emenda nº 26, retirada; Deputado Robério Negreiros, Emenda nº 27, acatada.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, opinamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 129/2023, com as emendas apresentadas pelos Srs. Parlamentares e analisadas por este Relator.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 129/2023, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Convocação.

Em atendimento ao Requerimento nº 129/2023, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato, para a discussão e votação, em segundo turno, dos projetos em pauta e dos demais projetos constantes da pauta atual:

- Item único: Projeto de Lei nº 129/2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$10.000,00", em segundo turno.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h18min, a sessão é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Está reaberta a sessão ordinária.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 83/2023, de autoria do Deputado Fábio Felix, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2023, será transformada em comissão geral para debater os prejuízos decorrentes do ato golpista de 8 de janeiro do presente ano.

Convido o Deputado Fábio Felix para presidir os trabalhos desta comissão geral.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

(Assume a Presidência o Deputado Fábio Felix.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Boa tarde. Só quero avisar aos nossos convidados, convidadas, membros da imprensa que acompanham esta sessão que estou pedindo à Polícia Legislativa que libere os demais convidados que estão na porta para poderem entrar.

Iniciaremos em cinco minutos a composição da Mesa da comissão geral, oficialmente. Aguardaremos apenas o trânsito dos Parlamentares e a organização da Mesa. (Pausa.)

Boa tarde! Iniciamos os trabalhos ao dar as boas-vindas a todos os presentes e todas as presentes. Tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater os prejuízos decorrentes do ato golpista do dia 8 de janeiro de 2023.

Quero convidar para compor a nossa Mesa o Sr. Presidente do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ex-Deputado desta Casa, Leandro Grass, a quem eu tenho a honra de convidar para compor a Mesa com a gente. Obrigado, Deputado Leandro Grass – agora Presidente Leandro –, pela presença. Convido também o Sr. Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, do Departamento do Distrito Federal, Sr. Luiz Sarmento, a quem eu convido para compor a Mesa com a gente. Convido a ex-Deputada Distrital, Sra. Arlete Sampaio, para compor a Mesa, uma especialista em patrimônio material desta cidade, foi por muitos anos membro da Comissão de Assuntos Fundiários da Câmara Legislativa do Distrito Federal e sempre se dedicou a esse debate. Convido também o arquiteto da Câmara dos Deputados, Sr. Danilo Macedo, para compor a Mesa. Convido a Diretora da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informativos, Sra. Gilcy Rodrigues Azevedo.

Registro a presença do Deputado Max Maciel, do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Paula Belmonte, do Deputado Gabriel Magno, que também vão participar do nosso debate. O nosso debate também está sendo transmitido pela *TV Câmara Distrital* – a nossa comissão geral, que é um debate sobre esse tema. O Deputado João Cardoso também está presente na nossa comissão geral.

A gente decidiu organizar este debate para entender um pouco os impactos dos atos

antidemocráticos do dia 8 de janeiro no nosso patrimônio histórico do Distrito Federal, e também para dar uma prestação de contas para a população do Distrito Federal sobre esse tema. Afinal, boa parte desse patrimônio é resguardado, é uma espécie de patrimônio federal, mas ele também é patrimônio distrital. Ele também faz parte do patrimônio do Distrito Federal e é parte da nossa história. Temos muito interesse em saber qual é a situação que nós estamos enfrentando hoje.

Então, para quem está nos acompanhando agora pela *TV Câmara Distrital*, nós vamos começar o nosso debate. Eu vou passar a palavra primeiro – eu acho que é importante – ao nosso Presidente do Iphan, o ex-Deputado Leandro Grass, que é quem participou da organização desse monitoramento a partir do Governo Federal, para ele fazer as primeiras considerações sobre o tema. Eu darei uns quinze minutos para ele falar, e depois abrimos para os demais membros da Mesa para também colaborarem com esse processo.

A Diretora da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais, Sra. Gilcy Rodrigues Azevedo é da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados. É que eu não havia citado qual era o órgão, porque não estava no meu *script*. Bem-vinda! Muito obrigado pela presença aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Presidente do Iphan, Sr. Leandro Grass.

SR. LEANDRO GRASS – Boa tarde a todas e a todos.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Fábio Felix por promover esta comissão geral. Quero agradecer também o convite ao Iphan, o convite a todas as instituições aqui presentes, a quem saúdo. Também quero saudar a presença da Deputada Arlete Sampaio. E dizer da importância desse debate, diante não só do que aconteceu, Deputado...

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Presidente Leandro, só vou pedir aos assessores que estão no plenário para fazerem silêncio.

Prezados, nós vamos começar a nossa comissão geral, eu queria pedir silêncio no plenário. Quem for conversar, se puder, vá lá para fora para a gente poder ter um ambiente de silêncio no plenário da Câmara. Todas as assessorias, por favor, mantenham o silêncio na Casa e no plenário da Câmara para a gente poder focar aqui no debate. Quem não estiver participando do debate pode esperar no *foyer* da Câmara Legislativa.

SR. LEANDRO GRASS – Perfeito. Pois bem, agradecendo a vocês, todas e todos, digo primeiro da alegria de poder hoje aqui falar em nome do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma instituição do Estado brasileiro que, nos últimos anos, foi profundamente depreciada por uma gestão que aparelhou, que, infelizmente, isolou os servidores.

Aqui eu quero agradecer e registrar a presença do Luiz, do Thiago e do Maurício, representando os servidores e as servidoras do Iphan, que são o coração, são a mente, são o espírito dessa instituição que tem uma caminhada importante na história brasileira e que hoje dá também respostas ao que aconteceu no dia 8 de janeiro, bem como respostas a outras questões importantes, do ponto de vista da promoção do patrimônio e da própria cultura nacional.

Deputado Fábio Felix, eu queria, antes de tudo, fazer alguns registros, a título de informação e de esclarecimentos, para depois falar em si das ações do Iphan. Quero dizer também que boa parte do que eu vou trazer é resultado de um trabalho altamente qualificado da Superintendência do Distrito Federal, na figura aqui do Thiago Perpétuo e do Maurício, junto com os demais membros da equipe. Aproveito para apresentar o Thiago Perpétuo, que será o Superintendente do Iphan no Distrito Federal – com quem certamente vocês poderão estabelecer um diálogo direto –, e, junto com ele, toda a equipe.

A gente teve esses atos terroristas do dia 8. Logo em seguida ao que aconteceu, a Ministra Margareth Menezes convocou o próprio Iphan para que pudesse acompanhar toda a destruição e auxiliar, trabalhar em parceria com as instituições atacadas nessa tarefa de reconstrução, de restauro, de revitalização. Então, logo no 10 de janeiro, na terça-feira, o Iphan deu início aos trabalhos de vistoria. Dia 11 de janeiro, essas vistorias foram concluídas, e foi feito um relatório preliminar.

Eu tenho uma apresentação. Por gentileza, se já estiver disponível, a gente gostaria de mostrar algumas fotos que a superintendência produziu, a partir dessas visitas técnicas.

No dia 12, nós entregamos esse relatório preliminar à Ministra Margareth Menezes e aos parceiros, às demais instituições com quem nós estamos trabalhando desde então.

Outra informação importante é que o papel do Iphan, do Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional, não é em si restaurar, não é em si reconstruir e reformar aquilo que foi destruído. Estão aqui o Danilo e os outros colegas servidores, que são os coordenadores, os responsáveis por essas instituições – STF – Supremo Tribunal Federal, Câmara, Senado e Palácio do Planalto –, que poderão dizer melhor como se está dando a operação.

O papel do Iphan é acompanhar, o papel do Iphan é apoiar, o papel do Iphan é orientar, a partir dos critérios de tombamento, no que diz respeito, em específico, a cinco espaços. A gente tem os edifícios do Congresso Nacional, Câmara e Senado; o Palácio do Planalto; o Supremo Tribunal Federal; o Museu Histórico de Brasília e o Espaço Lúcio Costa, além da Praça dos Três Poderes. Esse é o conjunto arquitetônico, que faz parte do patrimônio mundial.

Então, o ataque feito não foi somente ao patrimônio nacional, foi ao patrimônio mundial – óbvio, além de se tratar de uma tentativa de golpe de Estado. Por essa razão, acabou despertando a atenção de vários organismos internacionais: várias embaixadas, vários Estados se solidarizaram com o Brasil. Muita gente vem me perguntando: “Quanto está custando? Qual é o prazo?” Não é essa a nossa tarefa. A nossa tarefa é acompanhar, e isso está sendo feito de maneira muito profícua e muito eficiente.

Outra questão importante é que nós temos três tipos de bens que foram destruídos e danificados. Nós temos bens móveis, como mobiliários e obras de arte; nós temos bens imóveis, que são especialmente as edificações; e nós temos bens integrados, como tapeçarias e painéis que se acoplam ali ao que é edifício. Nessa tarefa, as equipes de cada instituição, que vão poder falar de novo aqui, estão dando conta desse restauro, dessa revitalização.

Muitos têm perguntado: “Quanto está custando?” Ainda não se sabe exatamente quanto está custando, ainda não se sabe exatamente quanto vai custar ao final de tudo. Porque parte, por exemplo, desses bens móveis já foram recompostos, como cadeiras. Nós temos ali, por exemplo, parte das edificações, como vidraças, que também já foram recompostas. Parte disso, inclusive, com peças que já estavam nos depósitos, que já estavam nos almoxarifados dessas instituições. A gestão disso tudo está se dando através dos próprios órgãos.

Outro aspecto importante é o desdobramento do relatório que a equipe da superintendência entregou à ministra. Esse relatório é preliminar, possui fotografias, descrições dessas situações, desses danos que foram provocados. A partir desse relatório, a gente deu início a um conjunto de visitas técnicas, junto com essas equipes, para se aprofundar nos danos, para entender melhor o que era possível restaurar, como restaurar, quais eram as parcerias necessárias e possíveis, para a gente poder estabelecer tudo novamente.

A partir dessas visitas, a gente está produzindo novos relatórios, novas informações que, muito em breve, não só serão disponibilizadas e compartilhadas com esta Casa, mas serão publicamente divulgadas e também encaminhadas à UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Porque a Unesco, como instituição, como organismo, faz o acompanhamento também daquilo que é categorizado, daquilo que é declarado patrimônio mundial. Existe uma avaliação em ciclos de dois anos, para que se reafirme o nosso título.

Eu quero trazer aqui também uma outra dimensão desses danos, Deputado Fábio Felix, que não é só material: é um dano simbólico, uma situação que tem a ver com um prejuízo que é inestimável, que é um prejuízo daquilo que vale, daquilo que representa o conjunto arquitetônico e o conjunto urbanístico de Brasília. Nós somos patrimônio mundial. O que representamos, representamos não só para o Brasil, representamos para a humanidade. Então, esses ataques são também ataques à civilização. São também ataques àquilo que é de todo o mundo, de todas as culturas, de todas as nações e que deve ser protegido.

Por isso, é, sim, fundamentalmente grave a postura de determinados agentes, por omissão ou por ação, que permitiram e, também, de alguma maneira, provocaram aquilo a que a gente assistiu.

Então, eu quero dizer isto: Brasília permanecer como patrimônio mundial é uma decisão política. É uma decisão política dos entes governamentais, não só federais, mas também do próprio GDF – Governo do Distrito Federal. É uma decisão política dos órgãos fiscalizadores, é uma decisão política da sociedade do Distrito Federal.

Por isso nós temos tanta preocupação com determinados instrumentos que dizem respeito à gestão urbanística do Distrito Federal, como o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Por isso o Iphan tem tanta preocupação com determinadas alterações no uso do solo dentro da área tombada, porque isso pode, de alguma maneira, se não for bem tratado, colocar em risco o nosso título de patrimônio mundial, que não é uma barreira, que não é um empecilho para nós

nos tornarmos uma sociedade, uma cidade mais justa, uma cidade mais acessível, mais móvel, uma cidade mais fraterna, mais solidária.

Muito pelo contrário, é tentar entender que o fato de sermos patrimônio mundial é uma oportunidade. É uma grande oportunidade para fomentarmos ainda mais a cultura, é uma grande oportunidade para inovarmos na ocupação do espaço público, é uma grande oportunidade para promovermos a ocupação cultural.

Este é o desejo do Presidente Lula, é o desejo da Ministra Margareth Menezes: que, tão logo a gente conclua essas etapas que ainda faltam de revitalização, de restauro, de recomposição, a gente possa desenvolver um plano de ocupação da Praça dos Três Poderes com a presença do povo do Distrito Federal, de todas as regiões, com atividades educativas, com atividades culturais, para que o Brasil esteja ali representado todos os finais de semana, e, se possível, também durante a semana.

É preciso recuperar as visitas, é preciso recuperar a presença do povo dentro desse espaço. Porque alguém imaginar que vai danificar uma vitraça, que vai destruir uma obra de arte, que vai quebrar algo dentro desses palácios, dentro desses espaços, como uma espécie de contestação política, além de ignorância, além de crime, é o ilustrativo da desconexão que nós provocamos no Brasil entre sociedade e patrimônio cultural.

E essa desconexão precisa ser consertada a partir de conexão, a partir de educação patrimonial, a partir de informação. O que significam essas instituições, o que significam esses prédios, o que significa essa praça? O encontro dos poderes, a democracia, a chama, é a chama da democracia, aquele fogo que está ali aceso representa justamente a vida do povo e a sua soberania, a sua supremacia diante do poder constituído.

Então, essas simbologias também foram atacadas. Claro que temos preocupação com o relógio, com o painel, com a tapeçaria, claro que temos preocupação com uma série de objetos que estão ali, mas a nossa grande preocupação é com as causas que levaram isso a acontecer, e só atacamos as causas com ações estruturantes.

Então, queria deixar também esse convite para que nós possamos unir esforços junto ao Congresso Nacional, ao STF, junto ao Palácio do Planalto, ao Iphan, ao IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Neste momento, nós estamos desenhando uma proposta, que foi um pedido da ministra, de um programa, um circuito de memória não só sobre o dia 8 de janeiro, que tem, sim, que ser registrado para que não se repita, mas incluindo outras questões que são traumas da história brasileira não devidamente tratados, como a escravidão, a ditadura militar e a dizimação dos povos indígenas, porque o dia 8 de janeiro é apenas mais um capítulo da tentativa do fascismo, do autoritarismo de se consolidar no nosso País.

Fracassaram, fracassaram. Tivemos vidros quebrados, mesas riscadas, salas onde, inclusive, urinaram, mas a democracia está de pé. As instituições continuam funcionando, e é isso o que realmente importa neste momento. É claro que nós daí ver uma obra de Di Cavalcanti sendo perfurada. É óbvio que nós daí ver as edificações da nossa Capital da República sendo destruídas, mas isso tudo se recompõe, isso tudo se restaura. A gente precisa realmente fortalecer o valor simbólico dessas instituições.

(Apresenta projeção.)

SR. LEANDRO GRASS – E bem rapidamente, prestígio aqui o trabalho do Thiago e do Maurício. Se vocês quiserem, Thiago, trazer um detalhe aqui dessas imagens, eu vou passando e comentando brevemente, mas fiquem à vontade.

Então, aqui é um trabalho realizado pela Superintendência do Distrito Federal. Aqui, eu já citei, as áreas que foram vistoriadas. Isso não é um trabalho só do Iphan, é um trabalho em parceria com os acervos, as coordenações técnicas, e até foi muito positivo. Eu, particularmente, surpreendi-me com a força técnica dessas instituições, que eu não conhecia, ouviu, Danilo? Quero lhe agradecer e parabenizar você, parabenizar a nossa colega, todos, porque eu não conhecia a força técnica que as nossas instituições tinham do ponto de vista de restauro, de conservação. Então, também fica aqui essa homenagem aos servidores de todos os poderes.

Acho que tudo isso a gente já viu na televisão, a gente viu nas redes sociais, na internet. As vitraças dos pavimentos, especialmente na área térrea. Os mobiliários, foi muita coisa destruída.

Quero só fazer um registro, Deputado Fábio Felix, bem rapidamente. Esse mobiliário do Palácio do Planalto, pouco tempo atrás, tinha sido restaurado em um programa feito com o Instituto Federal de Brasília, *campus* Samambaia, Deputada Arlete Sampaio, pelos estudantes do curso de móveis.

Recentemente eles tinham feito uma parceria muito bonita dos estudantes do instituto com o palácio para recuperar, para melhorar, reformar alguns sofás, algumas mesas, os quais, nesses atos terroristas, acabaram sendo novamente danificados.

Portas arrombadas. Tivemos ali, na Praça dos Três Poderes, em especial, mais danificações nas pedras portuguesas.

Faço um registro, uma ressalva: durante um bom tempo, houve quem sustentasse que aquelas grades que estão ali na praça... Até em outras narrativas, pessoas que dizem ainda que se deve ter vidros blindados... A gente comprova aqui que as grades, em vez de protegerem, serviram inclusive como armamento, serviram como instrumento de destruição por parte dos terroristas. Então, de nada protegeram, só ajudaram a piorar a situação.

Aqui as obras de arte, algumas das mais emblemáticas, que foram fortemente veiculadas pela imprensa, como a obra *As Mulatas*, do Di Cavalcanti. A gente tem aqui o tal do relógio, o tão emblemático relógio, do Balthazar Martinot; bandeiras importantes. Aqui uma obra importante, também, que tem lá no Palácio do Planalto, que é a obra *O Flautista*, e aí seguem alguns quadros, alguns painéis.

Muito nos chamou a atenção o nível de depredação simbólica, como eu já citei, com palavras, com termos extremamente depreciativos que foram pichados, aqui no caso do STF. No STF, digo também de uma percepção muito pessoal – os técnicos podem confirmar isso ou não –: pareceu-me que o emprego do ódio foi muito grande. Foi absolutamente destruído. A gente tinha salas como as da Ministra Rosa Weber, que foi profundamente degradada. Houve tentativa de incêndio, inclusive. Tentaram botar fogo dentro do STF e não conseguiram, porque o sistema foi acionado.

Aqui é o plenário do STF, um espaço muito importante, também, profundamente vandalizado. Essas imagens que eu estou mostrando são do dia 9, do dia 10 de janeiro. Tudo isso praticamente já está restaurado, recomposto, inclusive a gente teve a abertura do Ano Judiciário semanas atrás.

Aqui a gente tem o Salão Nobre, também do STF. Piso encharcado; urinaram. O sistema de incêndio foi acionado, o que também contribuiu para inundar aquela área toda. Aqui a gente tem alguns ambientes também com danos causados por pontos de incêndio. Vários livros, várias obras pegaram fogo, foram queimadas.

Aqui já é o Congresso Nacional, essa área que foi mais destruída. As pichações, enfim... Acho que aqui é só para a gente memorizar, lembrar... As tapeçarias, os pisos... O Salão Verde e o Salão Azul danificados. O colega Danilo pode falar um pouquinho melhor, depois, como é que foi esse processo de recuperação, e como está sendo ainda, na verdade.

O Museu do Senado. Ou seja, muita destruição. Aqui os painéis integrados de que eu falei; algumas obras de arte; tapeçarias do Roberto Burle Marx. Aqui é o que eu disse há pouco sobre as grades, como elas também acabaram aprofundando os danos na própria Praça dos Três Poderes. Os terroristas utilizaram as pedras também para atacar os vidros, para atacar os prédios.

O Espaço Lúcio Costa, que também teve parte dos painéis quebrados.

E, para encerrar, Deputado Fábio Felix, a gente teve aí, nesse movimento de fiscalização, de acompanhamento, o envolvimento de muitas pessoas, muitas pessoas. Eu acredito, inclusive – queria deixar uma sugestão – que essas pessoas precisam ser homenageadas, seja pelo Poder Legislativo local ou pelo Poder Legislativo federal. Esses servidores – alguns estão aqui – merecem total respeito, valorização e consideração da sociedade brasileira. Eu queria que a gente desse uma salva de palmas para todas essas pessoas que vêm dedicando não só sua capacidade técnica, mas a sua vocação de serviço público a esse processo todo. (Palmas.)

Tem um caso muito emblemático. Eu ainda não consegui encontrar essa pessoa, Deputada Arlete Sampaio, que é um vigilante que fica ali na praça cuidando da maquete, aquela maquete bem emblemática, que praticamente todo mundo que visita Brasília tem a oportunidade de conhecer. Os terroristas tentaram quebrar a maquete, Deputado Chico Vigilante. Ele se colocou na frente da maquete e impediu que os terroristas destruíssem essa maquete.

Então, são essas pessoas, esses atores que, realmente, precisam ser, neste momento, valorizados junto com os servidores da Câmara, do Senado, do STF, do Iphan, do Palácio do Planalto. Eu fiquei impressionado porque eu fui ao Palácio do Planalto na terça-feira, e o pessoal dos serviços gerais, da limpeza já tinha colocado tudo em ordem, o carpete estava limpo, tudo já varrido.

Então, é isso. Eu queria aqui deixar apontado que toda essa reconstrução é resultado do trabalho, da dedicação dos servidores públicos, de trabalhadores e trabalhadoras, não só porque são

remunerados para isso, mas porque têm muito respeito pelo patrimônio, ao contrário dos criminosos que agiram no dia 8 de janeiro.

Vamos trabalhar juntos num programa, numa ação de educação para que, acima de tudo, isso não se repita.

Obrigado, Deputado Fábio Felix.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Presidente Leandro Grass. Agradeço o prestígio de vir e de estar conosco na nossa comissão geral.

Eu acho que tem uma questão que pega muito. Quando V.Exa. trouxe as cenas do Supremo Tribunal Federal, V.Exa. usou um termo que eu acho importante para entendermos o processo que estamos vivendo no Brasil, que é o emprego do ódio. Nós não estamos falando da depredação do patrimônio público e da indignação com o processo político. A gente está falando do emprego do ódio a partir de uma tentativa de golpe de Estado, de ruptura, de uma busca de ruptura da ordem democrática brasileira com o emprego do ódio contra as instituições brasileiras. Eu acho que tem um elemento muito diferente. Inclusive a Câmara Legislativa tem assumido a responsabilidade de investigar isso através da comissão parlamentar de inquérito.

Então, agradeço o excelente trabalho do Iphan, agradeço aos profissionais que estão aqui. Espero que, daqui a pouco, eles possam também dar sua contribuição, sua percepção, aqui no nosso debate.

Concedo a palavra ao Presidente do IAB-DF – Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Distrito Federal, nosso querido arquiteto Luiz Sarmento. Ele tem um fã-clube no Gabinete 24. (Risos.)

SR. LUIZ SARMENTO – Boa tarde a todas, a todos, aos Deputados aqui presentes, ao Deputado Max Maciel. Deputada Arlete Sampaio, que bom revê-la. Presidente Leandro Grass, eu acho que é uma responsabilidade falar depois de você, meu presidente lá do Iphan.

Sou servidor público do Iphan, concursado. Eu acho que é muito simbólico, porque, até então, no governo passado, a gente tinha uma portaria do Paulo Guedes que não permitia que servidor público se expressasse sobre temas inerentes ao nosso trabalho. Então, era sempre um constrangimento a gente ficar se justificando.

Eu acho que este momento é muito representativo de como o Iphan retoma o seu protagonismo, retoma seu respeito aos servidores e às liberdades de trabalho e de expressão dos servidores públicos. Então, não estou aqui como servidor público. Eu fui devidamente liberado pelo meu chefe Andrei. Estou aqui como Presidente do IAB-DF, mas eu gostaria de mencionar esse fato, porque isso é muito simbólico.

Meu colega Thiago e meu colega Maurício, que estão ali, viveram muito bem e sabem muito bem o que foram esses quatro anos, as dificuldades e a resistência, como a gente conseguiu resistir ali dentro do Iphan, fazendo e tocando trabalhos importantes, muitas vezes, sem muitas condições, mas a gente conseguiu.

Deputado Fábio Felix, agradeço, em nome do IAB, o convite para estar aqui hoje. Infelizmente, não é por um bom motivo, é para a gente refletir sobre um momento muito triste, que já marcou a história deste País e que foi um momento que ninguém imaginou que fosse acontecer em Brasília, esta cidade desses espaços abertos, cuja arquitetura foi feita para representar a abertura da democracia, a transparência, os espaços abertos ao povo, onde, em algum momento, inclusive, o povo podia subir o Congresso Nacional, estar acima dos parlamentares.

Então, é esse o tipo de cidade e de arquitetura de que a gente está falando. Eu tenho certeza de que, quando Lúcio Costa e Oscar pensaram esta cidade, pensaram esses palácios, não imaginavam que a gente pudesse chegar a um nível tão baixo de sociedade, de degradação, que foi o que a gente viu no dia 8 de janeiro, uma semana depois de a gente ter visto a arquitetura de Brasília sendo mostrada mundialmente para a posse de mais um Presidente da República. Aquilo nos orgulhou demais. Porque Brasília realmente funciona para mostrar a capacidade criativa, o poder que esta Nação, que este País tem.

Eu gostaria de cumprimentar também o colega Danilo Macedo. É uma alegria poder estar dividindo esta Mesa. Servidor público, militante, que mostra exatamente... A colega Gilcy, que conheci também pouco antes dos ataques, porque eu pude, numa comitiva do Iphan, conhecer as instalações dos laboratórios de restauração da Câmara dos Deputados, que, realmente, são fantásticos. Enfim, é uma alegria enorme estar dividindo a Mesa com pessoas tão qualificadas neste momento tão importante para o Iphan, para os arquitetos, para as entidades de classe do nosso País.

Com isso, eu queria fazer um elogio ao serviço público e reforçar a importância de termos cada vez mais arquitetos, arquitetas e outros servidores públicos, técnicos qualificados, ocupando esses espaços dos órgãos públicos, porque ficou demonstrada a eficácia do serviço público quando houve os ataques no dia 8.

No dia 8, o Maurício já estava lá trabalhando como arquiteto do Iphan. No dia seguinte, estavam os servidores do Iphan logo cedo ali, à disposição para trabalhar, e os servidores da Câmara. Em questão de menos de um dia, os espaços já estavam não restaurados, mas permitindo que seu uso fosse retomado. Isso graças à presença de servidores públicos que não ficaram esperando o dia seguinte para começarem a trabalhar, quando se bate o ponto. Estavam lá trabalhando já à noite e muito cedo, antes mesmo de as instituições estarem abertas.

Eu gostaria de reforçar isso e de reforçar o fato de que a gente precisa, sim, ter mais arquitetos, mais urbanistas aqui nas instâncias, nos espaços do GDF. Isso é muito importante. Há uma certa deficiência. Fico pensando, se, caso esse ataque tivesse acontecido no Museu Nacional da República, por exemplo, ou mesmo no Teatro Nacional, que está fechado, o GDF teria quadros suficientes e qualificados para, em tão pouco tempo, reabilitar esse espaço. Acredito que não, pelo que a gente acompanha por relatos que a gente recebe no IAB constantemente, e outras entidades recebem. Há uma defasagem, há uma desvalorização desses técnicos, que se mostraram tão importantes e tão valiosos nesse momento de crise do nosso País.

No momento do ataque, logo no dia 8, nosso telefone tocou muito, enquanto representante do IAB aqui no DF. Eram colegas arquitetos, que, assim como o Presidente Leandro e eu, não conheciam a capacidade e a quantidade de profissionais e de escritórios de arquitetura, de engenharia, de restauração de bens móveis integrados que a Praça dos Três Poderes, o Congresso Nacional, o STF e o Palácio do Planalto possuem – realmente há uma estrutura bastante robusta, bastante importante.

Eram arquitetos brasileiros e arquitetos brasileiros colocando-se à disposição para fazerem um trabalho voluntário de desenho, de levantamento, para ajudar a gente a recompor esse símbolo, que não só é um símbolo nacional, mas também um símbolo da nossa democracia e também um símbolo mundial, por ter sido escolhido pela Unesco como patrimônio mundial. Eram arquitetos também de diversos países da América Latina, arquitetos europeus, arquitetos de países africanos, arquitetos da China.

O IAB faz parte, é fundador do Conselho Internacional de Arquitetos de Língua Portuguesa – CIALP. Imediatamente fomos convocados pelo Presidente, o colega Rui Leão, que é chinês e, por ser de Macau, fala português muito bem. A China faz parte do nosso Conselho de Arquitetos de Língua Portuguesa.

E também houve arquitetos japoneses. Um arquiteto japonês ficou especialmente comovido, porque esteve aqui em Brasília para participar de um concurso público de projeto, para escolher a representação do Brasil em Osaka 2025. Ele teve a oportunidade de visitar a Praça dos Três Poderes, os palácios e, em questão de dias, recebeu a notícia, no Japão, daquele ataque terrorista a esse bem material, mas, principalmente, um bem simbólico de toda a Nação.

Eu acho que o principal, como foi colocado pelo Presidente Leandro, é a questão simbólica desse ataque, porque os vidros, a gente consegue recuperar, como já estão sendo recuperados; os carpetes estão sendo recuperados, as obras de arte, as obras de arte integradas, o mobiliário. A Gilcy está coordenando um trabalho fantástico nesse sentido. A gente tem acompanhado. A gente tem o privilégio de, como servidor do Iphan, acompanhar esse trabalho minimamente. Isso se recupera. Mas o mais importante é o que o Presidente Leandro Grass colocou: quando parte significativa da população perde uma relação com esses bens e não consegue entender esses bens como representantes da Nação. É assustador ver pessoas, nos vídeos, empunhando a Bandeira Nacional, que é um símbolo nacional, um símbolo do nosso País, da nossa democracia, e destruindo outros símbolos tão importantes quanto a Bandeira Nacional, destruindo os símbolos dos três Poderes, o símbolo desta Nação.

Então, há aí uma incompreensão do nosso País, uma incompreensão do significado desses bens, que extrapolam a materialidade, mas que dizem muito sobre o que somos como Nação e sobre os desafios que temos para recolocar essa Nação nos eixos. Não vai ser um trabalho fácil, não vai ser um trabalho curto, mas que a gente precisa fazer.

Acho que esta CPI instalada aqui e esta comissão geral proposta pelo Deputado Fábio Felix, recebendo o Iphan, recebendo as entidades de classe, recebendo os servidores públicos, são mais um passo no sentido de recolocar este País nos eixos e avançar, porque não basta só colocar nos eixos, no

velho anormal. A gente precisa de fato avançar nessas pautas, democratizando o acesso desses espaços de Brasília. Podemos, inclusive – por que não? –, criar programas de visitação para o País todo, como existem em outros países. Que pessoas, estudantes de todo o País possam vir e ter contato com esses espaços que representam a nossa brasilidade, a nossa forma de ser brasileiros.

Por fim, já encerrando, o que me assustou muito – fui designado para acompanhar os colegas da Superintendência do Iphan, em Brasília, Maurício e Thiago, no dia seguinte – foi ver, visitando o Palácio do Congresso Nacional, acompanhados pelo colega Danilo, que houve uma tentativa de incêndio muito bem construída, uma tentativa de incêndio real. Não era um blefe. Tanto é, que tentaram incendiar os dois extremos do Palácio do Congresso. Coincidia de serem as salas da liderança do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira e do PT – Partido dos Trabalhadores e a lanchonete, no extremo sul, e o gabinete do ex-Senador José Serra e da Senadora Soraya Thronicke, no extremo norte.

Se eles tivessem logrado êxito, a gente teria nada mais, nada menos do que o que aconteceu na Alemanha com a ascensão nazista, que foi o incêndio do parlamento alemão. Era isso o que estavam tentando fazer ali. Não foi um mero ataque aos objetos de arte, foi um ataque à democracia e aos seus principais símbolos. Por sorte, não lograram êxito.

Deputado, colegas, como Instituto de Arquitetos, estamos à disposição para movimentar a nossa rede, para trabalhar com a educação patrimonial, para trabalhar com iniciativas aqui em Brasília, porque foi muito sério o que aconteceu, e precisamos nos lembrar disso, precisamos fomentar o ensino, a educação patrimonial, a educação democrática participativa, para que isso não mais se repita. Foi muito grave tudo o que aconteceu.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Obrigado, companheiro Luiz Sarmento, que representa o Instituto dos Arquitetos do Brasil.

Primeiro, quero dizer que o Wesley, que está ali, vai fazer as inscrições para quem desejar fazer uso da palavra depois da exposição da Mesa. Sei que a gente está com a presença do Deputado Gabriel Magno e do Deputado Max Maciel, que, eventualmente, podem falar na hora em que quiserem. É só se inscrever. Eu sei que vocês têm outros compromissos, têm sua agenda. Então, é só avisar, só clicar aqui, que vocês falam.

A próxima inscrita é a ex-Deputada Arlete Sampaio, que eu convidei porque foi uma Deputada muito importante, na legislatura passada, na discussão sobre o patrimônio. Por mais que não tenhamos tido tantos debates nesta Casa, sei que ela tem uma dedicação muito grande a essa temática. Foi membro, durante os dois biênios, se não me engano, da Comissão de Assuntos Fundiários, muito bem assessorada pela Luisinha, que é servidora da Câmara Legislativa e está ali, sentada ao fundo, orgulhosa.

Então, a ex-Deputada Arlete Sampaio sempre se dedicou a esse tema, deu prioridade a ele no debate da Casa e é a nossa convidada especialista para nos ajudar na reflexão sobre a temática.

Passamos a palavra à ex-Deputada Arlete Sampaio.

SRA. ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas. Meus cumprimentos à Mesa, na pessoa do Deputado Fábio Felix, a quem eu homenageio por esta comissão geral.

Realmente, o nosso objetivo aqui não é só discutir por que rasgaram um Di Cavalcanti, por que quebraram os painéis de Athos Bulcão, por que picharam a escultura de Ceschiatti. Nós queremos discutir mais do que isso, não é? Eu acho que é importante a gente compreender por que esses fatos aconteceram.

A gente sabe que Brasília é a Capital da República, foi reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade em 1987 e tombada como patrimônio por decreto federal e por decreto distrital. Então, tem três reconhecimentos formais de Brasília como patrimônio da humanidade.

O que aconteceu no dia 8 de janeiro e também no dia 12 de dezembro é a expressão mais cabal do que significa um governo de extrema direita fascista. A gente viu pessoas que viviam em uma realidade paralela, construída por um governo que queria permanecer governando esta cidade, este País, a todo custo; levar a cabo o seu projeto de destruição – destruição ambiental, destruição da nossa capacidade industrial – e transformar este País em um lugar em que, simplesmente, se pode investir dinheiro e receber dinheiro a mais de volta. Então, seríamos um paraíso fiscal. Era isso o que eles queriam fazer do Brasil, desmontando as políticas públicas, desmontando tudo e com um profundo descaso com a memória e com o patrimônio.

Quando a gente analisa o que aconteceu com o Iphan nesses anos, a gente entende o que é descaso com a memória. Colocaram pessoas completamente alienadas do que é o Iphan para dirigir aquele órgão. E vocês resistiram.

Acho que o fato de o Iphan possuir um inventário de tudo o que existe em cada um dos edifícios que representam a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes já foi um trabalho essencial para que, agora, pudesse se reconhecer o que foi, de fato, destruído.

Quando a gente ouve uma pessoa que participava desses atos dizer “Tomamos o poder! Quebramos tudo! Agora vamos pegar o Xandão!”, essas coisas que a gente ouviu... Essas pessoas produziram provas contra elas próprias. Evidentemente, elas estavam completamente convencidas de que estavam ali fazendo um golpe.

Tem muita gente que compara o que aconteceu em Brasília, no dia 8, ao que aconteceu no Capitólio, nos Estados Unidos, em Washington. Eu acho que não tem comparação, porque tem uma questão fundamental que diferencia os dois processos. Eu diria que a questão fundamental é justamente a maneira pela qual a extrema direita fascista se impregnou em todas as instituições e, sobretudo, nas Forças Armadas. Lá não teve participação de militares. Aqui, teve. É visível. Porque houve uma permissividade para que as coisas acontecessem como aconteceram.

E, evidentemente, hoje a gente olha para trás, olha para o dia 8 e percebe que não só eles não conseguiram o objetivo deles, que era fazer um golpe no Brasil, como eles ajudaram a fortalecer a democracia brasileira, porque a maneira como o governo reagiu, como o Congresso reagiu, como o STF reagiu, fez com que se estabelecesse um pacto pela democracia.

No dia seguinte, quando o Presidente Lula convocou todos os governadores – e foram todos –, e assinaram um documento em defesa da democracia, isso foi o contrário do que eles queriam. Eles não ganharam adesão dessas instituições para o objetivo de dar um golpe militar e trazer de volta aquele que foi o grande mentor de todas essas coisas ruins que aconteceram no Brasil nesses últimos tempos. Acho que a expressão maior é a crise humanitária e sanitária dos ianomâmis, além do que aconteceu em Brasília no dia 8.

Eles não conseguiram seu objetivo e não vão conseguir. Eu acho que, cada vez mais, precisamos pensar como é que cada um de nós, cidadãs e cidadãos brasileiros, podemos, de fato, contribuir para que fatos como esses jamais voltem a acontecer no nosso País. Vai ser ainda uma dura batalha para que possamos reconstruir o País e, sobretudo, construir um padrão civilizatório mais avançado para a nossa população. Vai demorar tempo e vai exigir muito da cultura e da educação para que isso possa ser feito.

Para terminar, eu quero dizer que apresentei, aqui na Câmara Legislativa, um projeto de resolução para que todas as questões alusivas à discussão do patrimônio pudessem ser dirigidas à Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa. Antes, era a Comissão de Assuntos Sociais que discutia as questões de patrimônio. E a gente aprovou, e isso funcionou, e já agora é assim que acontece. Nós discutimos as questões de patrimônio na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que é o lugar adequado para fazer esse debate.

A outra coisa que eu queria falar – talvez nem todos saibam – é que eu sou autora de uma lei que institui o dia 18 de agosto como o Dia do Patrimônio e que institui as jornadas do patrimônio. Todo ano – nem todo mundo sabe disso, e eu achei muito importante –, nós temos atividades que são desenvolvidas em conjunto com a Secretaria de Educação e a Secretaria de Cultura com a temática do patrimônio. Essas atividades envolvem professores, estudantes. Temos conseguido manter esses eventos anualmente.

No primeiro ano em que comemoramos o Dia do Patrimônio, nós tivemos uma atividade da qual participou também o Iphan. Foi uma atividade muito bonita e, de lá para cá, nós não tivemos mais comemorações amplas do Dia do Patrimônio, mas, quando eu assumi aqui o meu mandato, todos os anos, nós fazíamos, no dia 18 ou próximo a ele, sessões solenes homenageando pessoas que contribuem para fazer com que Brasília seja respeitada como Patrimônio da Humanidade.

Era isso o que eu gostaria de dizer. Eu acho que a gente tem que analisar muito o lado político do que foi e do que significou o dia 8 e do que significou o dia 12, para a gente entender a cabeça dessas pessoas que, pregando o ódio, fizeram com que *fake news* e manipulação das consciências construíssem um exército de pessoas absolutamente enlouquecidas – sei lá como é que eu poderia dizer –, não sabendo o que estava se passando.

Uma das coisas que mais me agrediu e que agride a inteligência de cada um de nós, por

exemplo, foi uma mulher dizendo – eu vi o vídeo da mulher falando –: “Nós não podemos deixar que o Brasil vire um país comunista. Nós não podemos aceitar esse Paulo Freire como Ministro da Educação.” Poxa vida, vai ser ignorante assim lá na Cochinchina.

Então, são essas coisas que temos de vencer nesse País. Não vai ser fácil, mas temos que começar desde agora.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra agora ao Arquiteto da Câmara dos Deputados, Sr. Danilo Matoso Macedo.

SR. DANILO MATOSO MACEDO – Boa tarde. Queria saudar e parabenizar o Deputado Fábio Felix por esta sessão, os demais Deputados que estão aqui presentes, os companheiros, os camaradas. É muito importante que o Poder Legislativo, na sua instância de abrir a participação para o povo, agora dê voz a todos aqueles que intervêm nesse processo de conservação, porque é um processo de luta permanente, assim como a luta política.

Eu queria saudar, dessa maneira, todos aqueles que assistem; todos aqueles que comparecem; que querem dialogar sobre isso; todos os servidores que têm pelo seu trabalho, pela produção do seu trabalho, a preservação dessa democracia política e construída que a gente tem aqui em Brasília – não só arquitetos, evidentemente, mas historiadores, restauradores, engenheiros, antropólogos, sociólogos etc.

Tenho um exemplo claro disso – eu queria fazer menção a ele –, se eu não me engano, foi durante a pandemia. A então Deputada Arlete Sampaio e o então Deputado Leandro Grass, à época, receberam-nos como representantes do Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro, que foi uma instância de organização da sociedade civil para fazer frente ao desmonte das políticas de patrimônio que sofremos ao longo dos últimos seis anos, mas, especialmente, ao longo dos últimos quatro anos.

Foram duas as vezes em que se tentou, por exemplo, extinguir o Iphan. Esse órgão então tinha oitenta anos, agora já está rumo aos noventa. A pressão popular, a permanente luta popular da qual todos os Parlamentares aqui presentes fizeram parte, manteve essa instituição de pé, manteve a luta pela nossa memória de pé. Eu queria saudar todos os Parlamentares desta Casa, na figura deles, por terem empreendido essa luta.

Meu papel aqui hoje... Eu não sei se podem mostrar o PDF – Portable Document Format que eu mandei.

Eu falo aqui como arquiteto da Câmara dos Deputados, servidor. Estou à frente junto com outros arquitetos. Trabalho na sessão de patrimônio edificado. É um relatório, um mapeamento de danos, que é parte do processo de preservação em um processo de intervenção. Um processo de intervenção clássica passa, perdão... (Pausa.)

Ele faz parte do processo de preservação da seguinte forma: primeiro a gente precisa conhecer o bem, que é algo que a gente já falou politicamente aqui hoje. O mapeamento de danos é o conhecimento do problema. O momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, ao usar as palavras do teórico Cesare Brandi...

(Apresenta projeção.)

SR. DANILO MATOSO MACEDO – A gente faz o mapeamento de danos para ver a extensão do que ocorreu, em que medida isso prejudica a autenticidade original, autenticidade histórica do bem, para, em seguida, a gente fazer um projeto de intervenção que vai ser devidamente discutido com as instituições que tutelam o patrimônio e depois fazer a intervenção propriamente dita, que deve ser também devidamente registrada; ou seja, existe também a construção da memória do processo de preservação. Por isso, a gente sempre está entregando relatórios como este que tenho em mãos, que é o mapeamento de danos que a gente vai depositar junto ao Iphan. Acho que é bom mostrar um pouquinho desse processo, para que se tenha ideia do que... Por isso mesmo, fiz questão de não trazer... As fotos não são tão bonitas, até porque o que aconteceu não é bonito.

Eu trouxe as pranchas técnicas e uma parte do mapeamento de danos, que é a parte da arquitetura. Ele é complementado pelo trabalho da Gilcy, que provavelmente vai falar, depois, dos bens móveis e dos bens integrados.

A gente mapeou todos os danos que foram causados.

Os manifestantes fizeram a entrada basicamente por três pontos. Eles entraram pela frente – subiram na plataforma, arrancaram as grades que ficam acima daquele painel *Ventania*, do Athos Bulcão, sessão de patrimônio edificado, e pularam para dentro por ali. Fizeram uma espécie de rapel – e entraram pelo lado sul e leste também, onde o pano de vidro chega direto na praça. Eles quebraram o vidro e entraram.

A descrição dos colegas policiais legislativos que estavam lá era que parecia um formigueiro. Era gente correndo e quebrando coisa para todo lado. Isso, inclusive, no Salão Verde, que sofreu queimaduras no piso. O piso todo do Salão Negro esteve bastante arranhado.

Quando eles arrancaram as grades e pularam, foi danificado o painel de azulejos do Athos Bulcão, o *Ventania*. Eles danificaram também, com algum instrumento de impacto, esse mural escultórico do Athos Bulcão. Eles quebraram muitos vidros. Eles quebraram mais de duzentos painéis de vidro, somando cerca de 400 metros quadrados de vidro comum de 6 milímetros. Mais ou menos metade disso a mais no Senado. Ou seja, um total de uns 600 metros quadrados, trezentos e poucos painéis de vidro.

Arrancaram pedras do revestimento da plataforma para arremessá-las. Eles também entraram por cima. Falei que eles passaram por cima. O Presidente do Iphan já mostrou as fotos de como eles quebraram todas as grades. Ficou parecendo um cenário de guerra mesmo. Arrancando, quebrando as pedras para arremessá-las.

Vejam que a gente já tinha o mapeamento bem detalhado dessas pedras – está ali no desenho acima –, e a gente pôde mapear com relativa facilidade e presteza o que foi danificado, assim como o que mais apareceu: as vidraças, os vidros, os painéis de vidro. Todos estão devidamente mapeados para que a gente possa fazer a intervenção.

Um manifestante subiu na cobertura do anexo I da torre. Ele quebrou o vidro e ficou lá de cima fazendo algum tipo de ato, não entendi muito bem. Felizmente, ele não saltou, porque já houve casos.

A Gilcy vai complementar, com a parte dos bens móveis, o que a gente mapeou e no que a gente vem trabalhando.

Atendendo à determinação política acertada do Presidente da Câmara, a gente está fazendo um reparo emergencial reversível para colocar a Casa em condição de funcionamento, para que ela esteja em condição, prontamente restabelecida – assim como a democracia.

A gente vai correndo atrás, depois, de tudo o que foi feito, para verificar se vai ser preciso uma intervenção mais cuidadosa, um viés de restauro, de preservação da autenticidade original e histórica do prédio.

Eu queria chamar atenção para o seguinte: nós temos essa condição graças a uma tradição de proximidade que o corpo técnico da Câmara dos Deputados sempre teve com o Oscar Niemeyer, com o escritório de Oscar Niemeyer. Isso acabou gerando um departamento técnico relativamente grande em relação a outros órgãos, até porque a Câmara é grande. Cerca de 30 mil pessoas frequentam a Casa diariamente. Como o Luiz mesmo mencionou... O STF tem um bom corpo técnico também. O Senado também tem excelentes arquitetos, o que não acontece em dois outros órgãos – os dois do Executivo. O Palácio do Planalto não tem um departamento de arquitetura bem estruturado, e sempre trataram como manutenção. Tanto que a própria Esplanada não é gerenciada por um órgão só. Cada ministério gerencia o seu prédio da maneira que bem lhe convém e, principalmente, da maneira que consegue.

No que concerne a esta Casa, o que é mais relevante é que a Secretaria de Cultura está profundamente desaparelhada. Eu queria fazer coro à denúncia, por assim dizer, do Luiz, como Presidente do IAB e até como ex-Presidente do Sindicato dos Arquitetos. Nós temos três ou quatro arquitetos hoje em dia trabalhando na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, enquanto temos dezenas de arquitetos altamente qualificados no quadro do GDF. A maioria está na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. É preciso – e é um bom momento para isso – fazer uma revitalização das diretorias de patrimônio do GDF, para que elas sejam capazes de lidar com a preservação do seu patrimônio...

(Soa a campanha.)

SR. DANILO MATOSO MACEDO – ... assim como os outros órgãos federais vêm conseguindo com relativo sucesso. Essa é uma luta diária, como os Deputados estão demonstrando aqui.

É bom lembrar que Oscar Niemeyer e Lúcio Costa projetaram Brasília – que é patrimônio da humanidade; patrimônio distrital, como a Deputada bem lembrou; e patrimônio nacional – como servidores da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Essa constituição do

Estado, da instituição da qual também fazem parte os servidores, é parte também da democracia que a gente quer fortalecer, que a gente quer preservar – assim como esses edifícios.

Obrigado. Parabéns ao Deputado e a esta Casa por esta sessão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Sr. Danilo Matoso Macedo, representando aqui o profissional da Câmara dos Deputados e trazendo esse diagnóstico para nós.

Deputado Gabriel Magno, V.Exa. vai precisar falar antes da próxima oradora da Mesa? (Pausa.)

Eu vou passar a palavra ao Deputado Gabriel Magno para uma saudação muito rápida antes de passar para a nossa última componente da Mesa.

Concedo a palavra ao Deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Fábio Felix, a quem eu parabeno pela importante iniciativa desta comissão geral.

Cumprimento também os membros da Mesa, em especial o amigo e companheiro Leandro Grass, agora Presidente do Iphan; a amiga e companheira de muitas lutas, Deputada Arlete Sampaio. Tenho muito orgulho de ter ajudado a construir também o último mandato dela – como chefe de gabinete – e de toda a contribuição que ela tem para a história da democracia não só do Distrito Federal, mas do Brasil.

Eu quero destacar e concordar com todas as falas. Depois eu vou assistir na tela à fala da companheira do Senado, que eu acho importante.

Quero trazer, Deputado Fábio Felix, e recomendar para quem está nos assistindo, um artigo importante publicado pelo Professor Andrey Rosenthal, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB – Universidade de Brasília, que se chama “*Sem democracia não há patrimônio: Sobre o vandalismo nos Palácios dos Três Poderes em Brasília*”. Concordo com o professor e também cito aqui alguns trechos que acho muito importantes.

Já foi dito pela Mesa que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi mais do que um dano material ao patrimônio e aos prédios. O Presidente Leandro Grass também trouxe isso. Mas a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro também, como diz o Professor Andrey, pode ser encarada como uma espécie de coroamento trágico – como ele diz – do que foi o período do governo Bolsonaro porque se sustenta em três questões bases do que foi esse período triste desses últimos quatro anos.

O primeiro é a naturalização da mentira como uma forma de governo – atacando; produzindo conteúdos para atacar não só as instituições, mas os Poderes; e com uma agenda nacional também baseada em mentiras, negando a ciência.

O segundo é a subversão do próprio conceito de coisa pública. O governo que usurpou o patrimônio brasileiro, os direitos do povo brasileiro, não perdoou nem as moedas do Palácio do Alvorada, pois o espelho d’água foi esvaziado, as moedinhas do Palácio do Alvorada foram roubadas, inclusive colocando as carpas em uma situação de morte. É um governo que subverteu o conceito da coisa pública.

Terceiro, a criminalização da cultura, expressa não só no fechamento do Ministério da Cultura, no ataque aos artistas, aos produtores culturais... Uma agenda em que o ataque à cultura era um valor que organizava esse período do Governo Bolsonaro.

O Professor Andrey, acho que é brilhante nisso, diz: “E foi isso o que se viu no domingo infame. Não aceitando o resultado da eleição e contrariados com a apoteótica posse de Lula, o golpismo fascista resolveu revelar-se. Confiante na proteção que sempre recebeu do Governo Bolsonaro, marchou contra os Três Poderes, sustentado em mentiras, invadindo o que é público e destruindo expressões culturais significativas do Brasil.”

Quero encerrar, Deputado Fábio Felix, primeiro concordando muito com o que o Presidente do Iphan, Leandro Grass, trouxe. A educação patrimonial, de fato, é um meio fundamental de defesa da promoção da cultura, da democracia.

Coloco não só o nosso mandato, mas também a Comissão de Educação, Saúde e Cultura à disposição. Como disse a Deputada Arlete Sampaio, na comissão nós vamos tratar desses assuntos. A frente parlamentar que nós criamos recentemente em defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico e ambiental está à disposição para acompanhar esses debates.

A gente protocolou, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 35/2023, que institui, no calendário do Distrito Federal, o dia 8 de janeiro como o Dia em Defesa da Democracia, para que a gente preserve e

garanta o direito à memória, para que nunca se esqueça disso, para que nunca mais isso aconteça.

Nós vamos acompanhar. Como o Deputado Fábio Felix colocou, S.Exa. é membro titular da CPI dos Atos Antidemocráticos, e a gente está acompanhando também na suplência dessa CPI. Vamos acompanhar, porque acho fundamental entender não só os motivos, mas também ir a fundo nas investigações e punir não só as pessoas que estiveram no dia 8, mas também os autores intelectuais da tentativa de golpe e os financiadores deste ato tão triste para a história do País: a tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, que nós acompanhamos. Quero me colocar à disposição.

Aqui está presente a servidora da Casa Luisa Villa Verde, que tenho orgulho de, vamos dizer, ter “roubado” da Arlete. A gente vai continuar, não é, Luisinha, assessorando nessas questões do patrimônio.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Assessora geral da Casa, viu, Luisa?

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – É. Ela não é privilégio nosso. Vai continuar, tanto no mandato como nas questões do patrimônio, acompanhando aqui.

Vou ter que sair rapidinho. Tenho uma reunião com a defensoria, aqui na Casa mesmo. Se der tempo, ainda volto, para continuar acompanhando.

Parabenizo, novamente, a iniciativa do Deputado Fábio Felix. Obrigado e parabéns pela importante comissão geral.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Deputado Gabriel Magno, pelas considerações – importantes considerações.

Acho que a Comissão de Educação, Saúde e Cultura vai ter o papel fundamental de fiscalizar aquilo que já foi anunciado e denunciado aqui.

Há uma ausência da Secretaria de Cultura aqui, mas acho que é uma ausência de política estrutural da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, em relação à valorização do nosso patrimônio.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, quero só fazer um registro também, porque acho que hoje todo mundo recebeu – quero deixar registrada, já que estamos falando disso – a manifestação dos arquitetos pela nomeação de arquitetos na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Deixo aqui o registro. Eles estão em campanha e podem contar com o apoio do nosso mandato.

Obrigado, Deputado Fábio Felix.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Deputado Gabriel Magno.

Vamos ter agora a nossa última expositora da Mesa.

O Deputado Max Maciel está aqui, não sei se S.Exa. fará alguma consideração. (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – S.Exa. vai sair e volta.

Passo a palavra à Diretora da Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados, Sra. Gilcy Rodrigues Azevedo. Obrigado pela presença aqui com a gente.

SRA. GILCY RODRIGUES AZEVEDO – Quero agradecer a todos e a todas pela presença aqui, neste momento tão... (Choro.)

É difícil. Como servidora da Câmara, há trinta anos, é muito difícil não chorar. Na Câmara dos Deputados, nós temos um plano de gerenciamento de riscos que prevê vandalismo. Mas, para a gente, vandalismo seria só um arranhãozinho em uma obra. Jamais seria aquilo, jamais!

Como brasileira, como brasiliense, não seria ver os arranhões no painel do Athos Bulcão, que é a cara de todo brasiliense. É a nossa cara. É muito difícil para a gente falar disso sem lembrar o que foi entrar, às 7h da manhã, naquele Salão Verde totalmente tomado de cacos de vidros e com parte das obras em cacos.

Por que a gente conseguiu cuidar tão rápido desses bens? Não eram só quinze pessoas trabalhando; eram trezentas pessoas trabalhando ali dentro, mais do que como pessoas da limpeza, da arquitetura, da gestão ou da direção. Nós todos estávamos ajoelhados no chão, catando os cacos. Nós todos fomos, naquele momento, cidadãos assim como qualquer um. Então, para a gente, é muito difícil.

Assim como os móveis do Palácio do Planalto, todos os nossos bens tinham acabado de ser higienizados. Estava tudo limpinho e lindinho para a posse. Nós tínhamos passado meses trabalhando naqueles objetos, com o carinho que se deve dar a um bem cultural. Todos os bens que estavam lá representam não só a nossa Nação, mas também inúmeras nações do mundo inteiro, como os presentes protocolares.

Falo, Deputado Fábio Felix, Deputada Arlete Sampaio, que aquela depredação e aqueles atos de vandalismo não começaram ali. Eu fui chamada há alguns anos para analisar os bens da Fundação Palmares. Aquilo também foi um ato de vandalismo.

Temos que pensar em até quando e em como observar o simbolismo dos nossos bens. O que cabe a nós fazer, como cidadãos e servidores públicos, com relação a esses bens.

Na Câmara dos Deputados, nós temos um trabalho de educação patrimonial que se chama Arte por Toda Casa: este patrimônio também é seu. Esse trabalho convida todos os servidores e todos aqueles que adentram a nossa instituição a se verem também como donos – que são, que são – daquele patrimônio. A gente trabalha muito a questão do pertencimento: isso também é seu.

Acredito, colegas e Parlamentares aqui da Mesa, que o grande problema naquele instante, o grande problema antes e o grande problema que ainda teremos de enfrentar não é o vandalismo em si, mas a falta de conhecimento, a falta de pertencimento, a falta de saber o que é um bem cultural. Na verdade, o nosso grande problema foi a ignorância. O nosso grande problema foi a ignorância de muitas pessoas sobre o significado de um bem cultural: o que ele é, o que representa e de quem é. Ele não é da Câmara, ele não é da Presidência e ele não é do Supremo; ele é seu, ele é de qualquer um que está aqui.

Quando nós pensamos nisso, temos que pensar na educação patrimonial como um contínuo – e não como um conjunto de ações, com início, meio e fim –, não como um projeto, mas como um currículo educacional. Eu acredito que temos que repensar isso também.

Quero trazer alguns dados para vocês aqui da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Nós tivemos 64 itens afetados. Desses 64 itens, nós tivemos vários sinistros que foram causados naquele instante. O vandalismo foi um dos sinistros, mas nós tivemos também furto, nós tivemos água, nós tivemos fogo, nós tivemos forças físicas. Foram cinco sinistros ao mesmo tempo.

Nós tivemos que lidar com as nossas ações de salvamento com muita rapidez. Como desde 2012 a Casa já trabalha com gestão de risco, quando a equipe de preservação entrou na área, ela já sabia exatamente o que tinha de fazer, como fazer e quanto tempo nós teríamos para salvar imediatamente aqueles objetos. Por isso, no mesmo dia, no final do dia, houve uma sessão naquele local. Além de sabermos exatamente o que fazer, existiam trezentas pessoas lá – de joelhos, às vezes, no chão – fazendo o seu trabalho.

Desses objetos, 46 são presentes protocolares. São os presentes que os nossos parlamentares recebem de autoridades estrangeiras. Por isso falei aos senhores que tínhamos ali representação não só do nosso País, mas de todos os países do mundo.

Estiveram lá, após o incidente, inúmeras redes de televisão – da China; da Rússia; da Espanha; dos Estados Unidos, o *The New York Times*, o *The Washington Post*; a BBC – British Broadcasting Corporation, de Londres; e muitas outras redes de televisão – preocupadas com esses bens, exatamente porque eles não são apenas nossos. Eles são do mundo inteiro, inclusive, os nossos edifícios.

Como eu falei, sessenta itens museológicos, que são painéis integrados a arquiteturas, telas e esculturas. No mesmo dia, todos estavam sem o pó químico que acidifica esses objetos.

Eu já falei para vocês do plano de gestão de riscos da casa. Também temos um plano de valoração dos nossos bens. Tem-se falado muito no valor venal desses bens, como se falou aqui e como o Presidente do Iphan, Sr. Leandro Grass, também falou. Mas quem vai nos restituir o valor histórico? Quem vai nos restituir o valor legal desses bens? Qual a pena que se dá para isso? Não é? Eu acho que existe muito mais do que valor venal a ser analisado – muito mais –, porque nos foi tirado muito mais do que isso.

Tenho uma notícia superboa para dar a vocês. Na Câmara dos Deputados, 81,25% desses bens já estão totalmente restaurados e nos seus locais de origem. A área de preservação, neste instante, orgulha-se muitíssimo de poder ser essa simbologia de restauração da própria democracia, porque essa democracia está inserida naqueles bens que foram quebrados. No momento em que se quebrou o bem, existia um simbolismo. Mas, no momento em que se retorna esse bem para a área de origem

dele totalmente restaurado, também existe um grande simbolismo.

Estamos dizendo que não fomos quebrados e que estamos trabalhando no mesmo local, da mesma forma, como o Muro Escultórico, que foi devolvido; como a Bailarina, que foi devolvida no dia seguinte. Nós trabalhamos até dez, onze, doze horas, mas entregamos isso. Por quê? Porque sabíamos que o simbolismo da devolução desses bens também era muito importante.

A área de preservação, hoje, é uma área que tem graduação e pós-graduação no nosso País. Existem escolas fantásticas neste País, e a minha equipe é formada por profissionais brasileiros, são mestres e doutores na área.

O que acontece? Essas pessoas sabiam e sabem – até a minha equipe da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais sabe – que eles fazem parte da construção da história e da memória do povo brasileiro. O que nós estávamos fazendo ali não era apenas restaurando um objeto, era devolvendo a democracia ao seu lugar de origem.

Eu já falei que a nossa equipe tem quinze pessoas; mas, lá dentro dos salões, existiam mais de trezentas pessoas da mesma equipe.

Eu deixo aqui, para finalizar, uma frase para vocês pensarem um pouquinho: "Patrimônio não tem voz, ele é um objeto inanimado; mas, quando ele é destruído, essa destruição ecoa por muitas, muitas gerações".

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Sra. Gilcy, pela presença aqui, por compartilhar com a gente sua experiência nesse processo.

A gente que é servidor sofre com aquilo que a gente trabalha. A gente está falando de uma atuação da coisa pública. A gente não está falando só da destruição. Como você falou, existe um plano emergencial. Não se trata aqui da destruição de um patrimônio, da depredação específica de alguma obra, de uma mesa, de uma cadeira. A gente está falando de um ataque global contra o Estado brasileiro, contra a democracia brasileira. Isso realmente é muito duro e é o que nós estamos vivenciando hoje. Por isso, esta comissão geral é parte da reflexão sobre esse processo, que a gente tem feito um esforço, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, de fazer.

Eu acho que a Câmara Legislativa é o lugar certo porque a gente precisa mudar a agenda política do Brasil. É importante que o Brasil siga um novo rumo de enfrentamento à desigualdade social. A Câmara Legislativa é o lugar certo para a gente fazer o debate de reparação, de justiça, além dos órgãos do Judiciário, como o Supremo Tribunal Federal, que tem feito um trabalho exemplar no sentido de enfrentar o fascismo e o golpismo neste País.

Concedo a palavra a dois inscritos. Primeiro ao Sr. André Tavares, do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Ele está aqui? Se você quiser falar da tribuna ou da cadeira... Pode falar da tribuna que é melhor. O senhor terá três minutos para fazer a fala, com tolerância. Em seguida, ao Sr. Thiago Perpétuo, do Iphan.

SR. ANDRÉ TAVARES – Todos me escutam? (Pausa.)

Primeiramente eu gostaria de agradecer a iniciativa de a comissão ser aberta à participação, aberta ao povo, porque, de fato, quem foi atacado foi o povo brasileiro.

Meu nome é André Tavares, sou do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Estou compondo a gestão com a Comissão de Articulação Política dentro da organização do Instituto dos Arquitetos do Brasil DF – Distrito Federal.

Tento trazer uma contribuição muito alinhada ao que foi discutido na Mesa. Sinto-me contemplado por todos os participantes da Mesa que colocaram a importância da arquitetura como símbolo nacional e da arquitetura de Brasília como um símbolo que nos mapeia no mundo.

Brasília é um marco na sociedade, um marco na humanidade. Ela coloca o Brasil como protagonista no mundo pela luta por um país igual, soberano, que constantemente é atacado e ameaçado por uma parte da elite brasileira.

É muito importante colocar que o que foi atacado ou como o povo foi atacado... Teve um alto financiamento por parte de uma sociedade que também manipula a informação. O povo brasileiro não atacaria a sua memória, de forma alguma, se ele não estivesse sendo manipulado por quem tem muito poder.

Eu me emociono um pouco porque compreendo o valor que a população, que o povo, que a

classe trabalhadora tem por aquilo que construiu. Jamais a classe trabalhadora teria essas ferramentas para atacar a própria democracia. Esse ataque foi articulado. Teve muito investimento para esse ataque ser realizado.

De fato, a educação cultural precisa de um alto investimento para educar a nossa população, colocar nossos valores, colocar nossos símbolos. Isso para que toda a população compreenda a importância da sua memória, a importância dos seus símbolos, a importância da arquitetura nacional, mas, principalmente, a importância do que é construído pelos seus próprios braços, pelo seu próprio orçamento – que é o orçamento do povo brasileiro – e pelo seu trabalho.

Minha fala é muito breve, porque fui muito contemplado pelos companheiros e pelas companheiras, pelo trabalho de anos da Arlete nos representando como sociedade, pelo trabalho dos meus companheiros arquitetos – meu Presidente Luiz Sarmento e o companheiro de outras lutas Danilo Matoso Macedo – e também por este momento de abrirem esta comissão geral e colocarem esta pauta para a sociedade.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Obrigado pela contribuição.

Concedo a palavra ao Sr. Thiago Pereira Perpétuo, Superintendente do Iphan no Distrito Federal. Bem-vindo. Obrigado pela presença.

SR. THIAGO PEREIRA PERPÉTUO – Boa tarde a todas as pessoas presentes.

Eu gostaria de fazer uma saudação em nome da superintendência e dos servidores do Iphan a esta comissão geral; à nossa colega e ex-Parlamentar, que sempre nos ajudou muito na área do patrimônio cultural, Arlete Sampaio; ao Deputado Fábio Felix, que está nos dando essa oportunidade; ao meu Presidente, que está dando novos ares à gestão do Iphan; aos colegas Danilo Matoso Macedo e Gilcy Rodrigues Azevedo, que receberam a equipe da superintendência; e também ao Luiz Sarmento, que é nosso colega do Iphan.

Eu gostaria de falar muito rapidamente, porque também me sinto muitíssimo contemplado por todas as falas dos participantes da Mesa. Eu gostaria de reforçar que, de fato, os servidores do Iphan tiveram muitos desafios nesse último período em que fomos realmente muito atacados.

Eu gostaria, também, de citar outros servidores das áreas vinculadas à cultura federal, por exemplo, da Fundação Palmares, que foi muitíssimo impactada em todo esse processo.

Eu, como historiador, lembro que esse processo tem que ser pensado, de fato, como ele começou. Eu me sinto muito obrigado a citar que esse processo se inicia com um golpe contra a nossa ex-Presidente Dilma Rousseff. Logo depois desse processo, os servidores do Iphan e vários servidores da área da cultura estiveram no Congresso Nacional já denunciando que não estava tudo bem. A gente estava com a compreensão de que os ataques não apenas viriam como iriam se intensificar. De fato, foi o que aconteceu!

É conhecidíssima aquela frase: “A crise na educação do País não é uma crise, mas é um projeto”. Peço licença ao Darcy Ribeiro para dizer que a crise vivida no dia 8 de janeiro foi um projeto articulado em várias fases. O que aconteceu com a destituição do Ministério da Cultura indica exatamente como esse processo foi gestado. É necessário a gente acusar que foi um processo com a extrema direita fascista e que ela tem um projeto de destruição da cultura brasileira em toda a sua diversidade.

Eu gostaria de mencionar, também, a atuação da Superintendência do Iphan. A gente, de fato, tem feito um aprofundamento desses relatórios. Fomos recebidos pela Gilcy e pelo Danilo Matoso Macedo. A gente conclui, na próxima semana, uma nova etapa dessa avaliação, inclusive fazendo e propondo um gerenciamento de todas as casas. Que todas essas unidades dedicadas à manutenção, conservação e restauro, de fato, possam conversar melhor, de modo que esse acervo absolutamente fantástico que as casas têm e que representa a diversidade da cultura brasileira possa ter condições de ser restaurado, mantido e, sobretudo, fomentado – esse patrimônio cultural tão diverso!

Essa é uma das coisas da superintendência com o Ministério da Cultura e também com o pessoal do Ibram. É importante citar que eles também estão nesse processo de tentar pensar o pós-ataque do dia 8 de janeiro.

Como a gente pode fazer para avançar em todas essas pautas e como a gente pode fazer com que essas instituições se fortaleçam, após esse momento de crise? Que a partir daí, a gente consiga, de fato, pensar em políticas relacionadas ao patrimônio cultural que sejam realmente mais efetivas e

que a gente possa entregar à população brasileira o fortalecimento por meio do fomento ao patrimônio cultural brasileiro em toda a sua diversidade.

Obrigado a todos e a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Obrigado, Thiago Pereira Perpétuo. Eu agradeço a você e ao Luiz Sarmento, que estão na Mesa, pelo trabalho de vocês ao longo desses quatro anos. Não foi um trabalho simples nem fácil. Foi um trabalho difícil.

Maurício, quer falar também? (Pausa.) Já o estou intimando aqui. (Risos.)

Concedo a palavra ao Danilo Matoso Macedo, que quer fazer mais uma contribuição.

SR. DANILO MATOSO MACEDO – Obrigado, Deputado Fábio Felix.

Eu só quero avançar um pouco na menção que fiz à questão da concepção original de Brasília, de Lúcio Costa a Oscar Niemeyer, no sentido de que, quando Brasília foi declarada Patrimônio da Humanidade, em 1987, foi até um tombamento *sui generis*, porque era o tombamento de uma ideia, por assim dizer. Era o tombamento de Brasília na criação original de Lúcio Costa a Oscar Niemeyer.

Qual era a criação deles para aqueles edifícios? Nas palavras de Lúcio Costa, a Praça do Três Poderes deveria ser uma *Versailles* do povo, ou seja, uma praça que não se fecha atrás de um palácio, mas que se abre para o cerrado e que organiza os palácios abertos para a Esplanada, de certa maneira.

Também é assim o caráter da arquitetura. Ela é muito transparente, é muito permeável, e as instituições acabaram refletindo isso. A Câmara dos Deputados é extremamente aberta à visita; os espaços são extremamente permeáveis; os salões internos são amplos, integrados.

Eu mencionei que isso é uma luta constante. Eu fiz questão de trazer essa pequena leitura do caráter dos edifícios e do urbanismo que devem ser preservados. É evidente que é um movimento – vamos dizer assim, uma espécie de bolsonarismo cultural, já que eles falam de marxismo cultural – de pessoas que se dizem progressistas, às vezes, mas que acham que a melhor saída para proteger os edifícios é construir muros de concreto onde havia vidros, transformar o Palácio do Congresso em uma fortaleza ou fechá-lo.

A gente acredita que agora se está empreendendo essa luta por preservar o Congresso em sua abertura, em sua permeabilidade, em seu acolhimento que faz o povo brasileiro participar da democracia. Eu quero reforçar que essa é uma luta em andamento para a qual vamos precisar de aliados para que a tentativa de proteger as instituições não acabe fechando-as por meio da mudança de sua arquitetura.

Era isso o que eu queria acrescentar.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Obrigado, Danilo Matoso Macedo.

Concedo a palavra ao Presidente do Iphan, Sr. Leandro Grass.

SR. LEANDRO GRASS – Falarei rapidamente, Deputado Fábio Felix.

Eu quero, mais uma vez, agradecer aqui ao Maurício, ao Thiago Pereira Perpétuo, à Laura, à Virgínia. Tem um conjunto de parceiros, servidores que se envolveram diretamente.

Isso que foi colocado aqui pelos colegas servidores públicos – sejam do Poder Executivo, sejam do Poder Legislativo – é muito importante. A gente passou, nos últimos anos, por um processo de criminalização do Estado brasileiro, da política, do serviço público. Tudo o que está sendo agora trabalhado, reconstruído, que foi muito bem apresentado, é resultado do trabalho dos servidores públicos vocacionados. Eu não poderia deixar de falar isso.

Por fim, outro ponto é um sinal do Estado Democrático brasileiro, neste momento, que é a capacidade de gerir sua crise, de dar conta das suas demandas. A gente recebeu inúmeros documentos, inúmeras ofertas de apoio. É muito bonita a solidariedade de vários países, embaixadas etc. É fantástico. Mas a gente deu um sinal de soberania, autodeterminação, capacidade técnica, capacidade de Estado para responder a uma crise como essa. Isso tem que ficar também marcado, justamente para que a gente inaugure um ciclo de devolução do valor que os servidores públicos têm.

Vejo agora a Ministra Esther Dweck falando, de novo, sobre concurso, sobre recomposição, sobre discussão de planos de carreira. Nós não temos uma carreira da cultura hoje. Não existe uma carreira de estado da cultura no Brasil. A gente precisa de uma carreira de estado. A gente tem uma na

política social, na área de infraestrutura. Nós temos uma carreira, que é de políticas públicas, de especialista, mas não temos uma carreira da cultura. Essa é uma missão que se coloca diante de todos nós para debatermos um plano de carreira para os servidores da cultura.

O Iphan hoje carece disso. Nós temos doutores, pós-doutores, especialistas que entram e que saem pela falta de uma perspectiva realmente profissional e financeira, por não ter uma progressão estimulante, digamos assim. Não se trata de corporativismo, não se trata de falar do servidor como uma vítima, muito pelo contrário, trata-se de falar da valorização.

Sei que V.Exa., como servidor público, é defensor dessa pauta, traz isso para cá permanentemente. Então, eu queria também trazer essa mensagem de que nós vamos trabalhar. Esse novo governo tem compromisso no sentido de reestruturar, de estruturar onde não existem carreiras de estado, planos, propostas que de fato coloquem os servidores em seu protagonismo.

Obrigado, Deputado Fábio Felix. Foi uma honra estar aqui. Agradeço a V.Exa. e o parabenizo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO FÁBIO FELIX) – Muito obrigado, Leandro Grass, nosso Presidente do Iphan.

Eu queria só fazer algumas considerações para encerrarmos a nossa comissão geral. Primeiro gostaria de ressaltar a importância deste momento. A gente quis marcar esta comissão geral na Câmara Legislativa para que houvesse o debate e a discussão dos efeitos do dia 8 de janeiro.

Obviamente que a gente sabe que as consequências do dia 8 de janeiro, como muito foi falado aqui, não estão circunscritas ao dano patrimonial, mesmo ao patrimônio histórico, ao patrimônio cotidiano, ao patrimônio tecnológico. Enfim, acho que não está circunscrito a isso, mas o dano é à democracia brasileira. Há um dano real à democracia brasileira causado por esse processo político.

Quando falamos em vandalismo, o vandalismo historicamente foi utilizado contra a própria esquerda quando fazia suas manifestações, muitas delas radicalizadas, mas nós não estamos falando do vandalismo em uma manifestação, nós estamos falando do vandalismo quatro anos governando o Brasil.

É o vandalismo que destruiu a Fundação Palmares por dentro, na política pública; é o vandalismo que não seguiu as medidas científicas orientadas para o enfrentamento de uma pandemia; é o vandalismo na política de educação que teve cinco ministros da educação e quis criar uma lógica de desfinanciamento da política educacional brasileira; de ataque à ciência; de ataque à universidade.

É o vandalismo no conjunto das políticas públicas, cuja culminância foi o dia 8 de janeiro, quando não aceitaram o resultado das urnas no País. A vivência que nós tivemos anteriormente aqui no Distrito Federal – a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Leandro Grass aqui ainda eram Deputados Distritais – foi de denunciar desde o dia 30 de outubro as manifestações e a condução do que se chamava de manifestação.

Imaginem: eles acamparam nas portas dos quartéis com a omissão de parte das Forças Armadas, ficaram de braços cruzados, gestando o que virou dia 12 de dezembro e dia 8 de janeiro! Foi uma articulação, não é eventual! Não acontece!

Eu disse esses dias aqui na Câmara Legislativa que a gente que veio do movimento estudantil sabe como é difícil organizar seis ônibus. Imaginem 150 ônibus no Brasil! Tem uma rede de financiadores golpistas neste País, tem muito poder econômico envolvido nesse processo.

Esse processo de destruição do patrimônio público que aconteceu não é um vândalo, é uma rede financiada e articulada no País para destruir o patrimônio e tentar atacar a democracia e a lógica do resultado da eleição.

Isso tem um culpado. Foi falado aqui do bolsonarismo... É o bolsonarismo anticultural – porque a palavra cultural é antagônica à palavra bolsonarismo. E o bolsonarismo é personificado pela figura do Bolsonaro, que foi quem alimentou o golpismo, quem articulou a tentativa de golpe.

Mas a gente tem que agradecer muito, porque tem dois elementos aí: primeiro que a incompetência deles é estrutural, até para dar golpe são absolutamente incompetentes. Esta é a primeira coisa que nós temos que saudar: a incompetência desse segmento.

A segunda coisa que eu acho fundamental, que não temos de saudar, mas exigir, é a justiça de transição. Sabemos que, nos momentos históricos em que não exaltamos neste País a memória daquilo que aconteceu de errado, as coisas lá na frente se voltarão contra nós. Então é importante a gente cobrar justiça de transição, as investigações do Supremo Tribunal Federal.

Aqui na Câmara Legislativa agora, eu gosto de dizer isto porque sei que muitos Parlamentares e assessores estão nos ouvindo pela *TV Câmara Distrital* neste momento, nós temos um certo – vou dizer isso – oportunismo de direitos humanos em relação ao sistema prisional.

Estou muito feliz porque eu acompanho, Deputada Arlete Sampaio, o sistema prisional nesses últimos quatro anos na Presidência da Comissão de Direitos Humanos, onde nós nos preocupamos com uma massa carcerária de 16 mil pessoas que tem os seus direitos desrespeitados sistematicamente; agora nós temos muita gente preocupada com o sistema prisional, com colchão, com sabonete, com defesa técnica, com a entrada da Defensoria Pública.

Nós queremos agregar, nós queremos fazer uma visita, mas não uma visita direcionada a oitocentos presos, novecentos presos. A gente quer uma visita para atender às 16 mil pessoas que estão no sistema prisional e têm seus direitos humanos violados todos os dias, porque isso já é uma tentativa de dar suporte político a alguns atores do golpismo que estão presos hoje. Acho que é um pouco esse o cenário dessa defesa oportuna, nesse momento, em relação à agenda de direitos humanos.

Então, acho que a justiça de transição vai ser fundamental à comissão parlamentar de inquérito. Eu tenho uma tese de que nós temos erros graves por omissão – são graves os erros por omissão.

Nós vamos receber, agora, quase 23 bilhões do Fundo Constitucional, sendo que mais de 50% desse fundo é para o financiamento da segurança pública da cidade. É um pagamento que o Governo Federal faz a nós para garantir a segurança da Esplanada dos Ministérios. No ano passado, foram 8 bilhões com a folha de pagamento dos bombeiros, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, nós temos uma responsabilidade de segurança no DF em relação ao nosso patrimônio histórico – é uma responsabilidade –, além da preservação. Precisamos valorizar e fortalecer a Secretaria de Cultura para cumprir o seu papel.

Portanto, há omissão, que é grave; e a responsabilidade é, sim, do governador. A responsabilidade é do governador em relação à omissão. É papel que cumpre ao governador. É o governador que passa a mensagem às maiores autoridades da República. “Está tudo tranquilo”, disse ao Presidente do Congresso Nacional. Encaminhou um telefone para a Presidenta do Supremo Tribunal Federal. Essas são as mensagens que vieram a público. Ele encaminhou um telefone: “Está tudo bem. Se quiser falar, fala por aqui.” Encaminhou um telefone, o Governador do Distrito Federal.

Além dessa responsabilidade, há outras que precisam ser apuradas, como a de que houve suposta conspiração. Houve conspiração? Nós queremos respostas. Nas forças de segurança, nas forças dirigentes técnicas e civis de segurança da cidade houve um processo conspiratório que corroborasse uma tentativa de golpe? Nós precisamos apurar isso, ouvindo as altas autoridades, que, inclusive, já foram convocadas para estarem nesta comissão parlamentar de inquérito.

A nossa primeira oitiva vai ser no dia 2 de março. Ela vai cumprir um papel importante também de reflexão sobre a justiça de transição. As instituições, inclusive as polícias, são instituições de estado e têm que cumprir um papel de estado.

Eu acho que a nossa grande vitória neste mês de fevereiro, antes do carnaval, é a defesa da democracia brasileira. A democracia está de pé. Houve uma tentativa de golpe, que foi orquestrada – e eu não tenho dúvida de que foi orquestrada dentro dos palácios da República – no governo anterior, mas a democracia sobreviveu. A democracia está de pé. O resultado das urnas vai ser e está sendo respeitado, mas sabemos que vamos ter de batalhar muito ainda para a nossa democracia se fortalecer no próximo período. Por isso, a justiça de transição é tão importante.

Quero reforçar, por último, que, quanto ao serviço público, como foi alertado aqui, é fundamental a sua valorização e o seu fortalecimento. Imaginem se fosse todo mundo cargo em comissão! Imaginem se fossem empresas contratadas por um governo apenas para fazer um serviço de preservação patrimonial! Não teríamos vocês aqui à Mesa cumprindo esse papel fundamental com conhecimento histórico, estrutural sobre a questão do nosso patrimônio. Acho que é muito importante essa demonstração de que a gente precisa valorizar o serviço público, de que a gente precisa de uma carreira na cultura e no patrimônio no Distrito Federal. Já existe uma carreira na cultura, mas temos que fortalecê-la.

Precisamos de mais contratação, de mais concurso público. Precisamos cobrar essa participação ativa do Governo do Distrito Federal, que não está à Mesa conosco hoje. Eu até vou

perdoar a Secretaria de Cultura, pois estamos à véspera do carnaval, e o povo está trabalhando muito lá.

Eles não estão presentes hoje na nossa comissão geral, mas acho que é importante ressaltarmos que temos de cobrar isso do Distrito Federal. Queremos fazer um requerimento de informação para entender quais são os profissionais que nós temos, qual é a atuação que a Secretaria de Cultura tem tido em relação a esse tema. Nós queremos entender, ter um mapa, um diagnóstico para saber qual o tamanho do buraco em que estamos enfiados, qual o tamanho do nosso problema para podermos buscar a solução para ele.

Temos que comemorar, no dia 18 de agosto, o Dia do Patrimônio, uma lei da ex-Deputada Arlete Sampaio. Acho que é um dia importante, um dia fundamental. A gente precisa ressaltar esse dia e cobrar da Secretaria de Educação... Já existe um termo de cooperação técnica entre o Iphan e a Secretaria de Educação para a educação patrimonial. Então, temos de ampliar isso, utilizar recurso do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira e pensar estratégias de ampliação. Acho que isso também faz parte desse processo.

Eu queria finalizar agradecendo à nossa equipe do gabinete nº 24, especialmente à Lina e ao Wesley, que trabalharam para esta audiência pública.

Quero agradecer a todo mundo que nos acompanhou pela *TV Câmara Distrital* e aos que compareceram aqui também neste ato.

Quero agradecer à nossa equipe de comunicação pela linda arte espalhada pela Câmara Legislativa, a nossa arte de enfrentamento aos atos golpistas.

Quero agradecer a presença das autoridades, dos representantes do serviço público e das instituições.

Quero agradecer a presença dos nossos ex-Parlamentares, que muito nos honram. A gente sempre os convida, então, vão ficar com presença permanente aqui e vamos continuar chamando-os de Deputados, porque estivemos juntos na legislatura passada, na qual aprendi muito. Trocamos muitas ideias ao longo desses últimos quatro anos. Deputada Arlete Sampaio e Deputado Leandro Grass, agradeço muito a vocês.

Agradeço ao Luiz, que já foi servidor público desta Casa, trabalhou com a gente no gabinete 24. Agradeço à Gilcy e ao Danilo pela presença nesta Mesa. À equipe de servidores da Câmara Legislativa que acompanharam a nossa audiência pública, muito obrigado pelo apoio.

Agradeço a presença de todos.

Obrigado aos Deputados que estiveram presentes na nossa comissão geral, que honraram a Câmara Legislativa com suas presenças.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral, bem como a sessão ordinária que lhe deu origem.

(Levanta-se a sessão às 17h11min.)



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 17/02/2023, às 17:53, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 17/02/2023, às 18:03, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1055041** Código CRC: **4DF90410**.